



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS - LIP  
INSTITUTO DE LETRAS - IL  
LICENCIATURA EM LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA – PORTUGUÊS COMO  
SEGUNDA LÍNGUA LSB-PSL

**DISCUTINDO A ACESSIBILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO SURDO NA  
ADMINISTRAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A APLICABILIDADE DO ART. 26 DO  
DECRETO N.º 5.626/2005**

GUILHERME MOREIRA DE CARVALHO<sup>1</sup>

BRASÍLIA-DF  
2021

---

<sup>1</sup>Mestre em Comunicação pela Universidade Católica de Brasília – UCB. Especialista em Gestão Pública e Graduado em Administração. Servidor Público Federal, com experiência de mais de 14 (quatorze) anos em atividade. Atualmente, ocupa o cargo de Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

GUILHERME MOREIRA DE CARVALHO

**DISCUTINDO A ACESSIBILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO SURDO NA  
ADMINISTRAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A APLICABILIDADE DO ART. 26 DO  
DECRETO N.º 5.626/2005**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito para conclusão do curso de  
Licenciatura em Língua de Sinais Brasileira –  
Português como Segunda Língua da  
Universidade de Brasília.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Me. Saulo Machado Mello  
de Sousa

BRASÍLIA-DF  
2021

## RESUMO

Referência: CARVALHO, Guilherme Moreira de. **Discutindo a Acessibilidade do servidor público surdo na Administração**: um estudo sobre a aplicabilidade do art. 26º do Decreto nº 5.626/2005. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Língua de Sinais Brasileira – Português como segunda Língua) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

Este trabalho é requisito parcial para a conclusão do curso de Língua de Sinais Brasileira - Português como segunda Língua (LSB-PSL), da Universidade de Brasília (UnB). O tema se insere na área do estudo da Acessibilidade, e tem como referências teóricas os estudos voltados para a Cultura e a Identidade Surda; a Acessibilidade; e a Comunicação em ambientes sociais (neste caso específico, da Administração Pública). Seu objeto de estudo é a temática da acessibilidade. O objetivo principal deste trabalho é discutir a relevância da acessibilidade para o servidor público surdo, nos termos do art. 26º do Decreto nº 5.626/2005. Por sua vez, os objetivos específicos são a seleção de reflexões teóricas de estudiosos como Strobel (2009), Hall (2004) e Moura (2015), que versam sobre os conceitos da Cultura, da Identidade Surda e da Comunicação Humanizada; a aplicação de estudo de caso (entrevista com 3 servidores públicos surdos); e a descrição dessas percepções acerca da acessibilidade. Para o alcance dos objetivos, foi adotada a metodologia de caráter qualitativo e exploratório. Foram realizadas entrevistas (semi-estruturadas), com a finalidade de verificar a percepção de servidores públicos sobre a acessibilidade em órgãos públicos.

**Palavras-chave:** Decreto nº 5.626/2005; Surdos; Administração Pública e Acessibilidade.

## ABSTRACT

Reference: CARVALHO, Guilherme Moreira de. **Discutindo a Acessibilidade do servidor público surdo na Administração**: um estudo sobre a aplicabilidade do art. 26º do Decreto nº 5.626/2005. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Língua de Sinais Brasileira – Português como segunda Língua) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

This paper is a partial requirement for the completion of the course in Brazilian Sign Language - Portuguese as a Second Language (LSB-PSL), at the University of Brasília (UnB). The theme falls within the area of the study of Accessibility, and its theoretical references are studies focused on Deaf Culture and Identity; Accessibility; and Communication in social environments (in this specific case, Public Administration). Its object of study is the theme of accessibility. The main objective of this work is to discuss the relevance of accessibility for deaf public servants, under the terms of art. 26 of Decree No. 5626/2005. In turn, the specific objectives are the selection of theoretical reflections by scholars such as Strobel (2009), Hall (2004) and Moura (2015), who deal with the concepts of Culture, Deaf Identity and Humanized Communication; the application of a case study (interview with 3 deaf public servants); and the description of these perceptions about accessibility. To achieve the objectives, a qualitative and exploratory methodology was adopted. Interviews (semi-structured) were carried out in order to verify the perception of public servants about accessibility in public bodies.

**Keywords:** Decree No. 5626/2005; Deaf people; Public Administration and Accessibility.

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade de Brasília (UnB), por abrir as portas da Comunicação, da Língua de Sinais Brasileira (Libras) e por valorizar a diversidade social e cultural como marca maior de sua existência.

Aos professores do Curso de Língua de Sinais Brasileira (LSB-PSL), por demonstrarem comprometimento em seu magistério.

Ao Professor Orientador, Me Saulo Machado Mello de Sousa, pela paixão e pela dedicação em seu nobre ofício. Seus conhecimentos linguísticos e artísticos foram destaque para mim desde os primeiros dias de aula.

Aos amig@s Surd@s e Ouvintes, colegas de curso e companheiros de jornada acadêmica.

Aos meus colegas de trabalho do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em especial, da Coordenação de Administração de Pessoal (COAPE) e da Divisão de Desenvolvimento de Competências (DIDEC), por demonstrarem compreensão em todo o trajeto da Licenciatura.

À minha querida família e noiva, os meus registros de amor incondicional.

À Espiritualidade e a todas as entidades superiores, o meu agradecimento por tamanho amor e compaixão, diante de nossas lutas e sentimentos difusos.

Obrigado!

*O ato Ético é um ato de religação:  
com o outro, com os seus,  
com a comunidade, e uma inserção  
na religação cósmica.*

Edgar Morin

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Questionário de Perguntas Semi-estruturadas.....	28
Quadro 2 – Categoria “Comunicação”.....	29
Quadro 3 – Categoria “Acessibilidade”.....	29
Quadro 4 – Categoria “Acessibilidade”.....	30
Quadro 5 – Categoria “Língua de Sinais Brasileira”.....	31
Quadro 6 – Categoria “Língua de Sinais Brasileira”.....	31
Quadro 7 – Categoria “Decreto nº 5.626/2005”.....	32
Quadro 8 – Categoria “Decreto nº 5.626/2005”.....	32
Quadro 9 – Referencial Analítico de Pesquisa.....	34

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DETRAN-DF	Departamento de Trânsito do Distrito Federal
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GDF	Governo do Distrito Federal
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LSB-PSL	Língua de Sinais Brasileira – Português como Segunda Língua
INES	Instituto Nacional de Surdos
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
MPU	Ministério Público da União
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
UnB	Universidade de Brasília



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA (QUESTÃO DE PESQUISA) E HIPÓTESE</b> .....	11
<b>2 JUSTIFICATIVA</b> .....	12
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	13
3.1 Objetivo Geral .....	13
3.2 Objetivos Específicos.....	13
<b>4 REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE A CULTURA E A IDENTIDADE SURDA</b> .	14
4.1 Perspectivas sobre a Cultura e a Identidade Surda.....	14
4.2 Discutindo o Multiculturalismo e os direitos das pessoas .....	17
<b>5 DISCUTINDO A ACESSIBILIDADE AOS SERVIDORES PÚBLICOS SURDOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL</b> .....	20
5.1 Debates sobre o Decreto nº 5.626/2005 .....	20
5.2 Difusão da Língua de Sinais Brasileira e a Acessibilidade ao servidor público federal surdo.....	21
5.3 Discutindo a Acessibilidade sob a perspectiva da Escola Nacional de Administração Pública.....	24
<b>6 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	26
6.1 Metodologia De Pesquisa.....	26
6.2 Do Estudo de Caso .....	26
6.3 Etapas da Pesquisa .....	27
6.4 Perfil do Entrevistado.....	27
6.5 Procedimentos e metas para a Entrevista .....	27
6.6 Do Modelo de Perguntas para a Entrevista .....	28
6.7 Das entrevistas e dos dados coletados.....	28
6.8 Da Análise de Dados .....	33
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	38
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	40
<b>ANEXOS</b> .....	43

## INTRODUÇÃO

A Acessibilidade do servidor Surdo na Administração Pública é um dos pilares previstos no Decreto n.º 5.626/2005. Por sua vez, o art. 26º do referido diploma traz a determinação de que a Administração deverá incentivar a capacitação básica em cursos da Língua de Sinais Brasileira (Libras), tornando o ambiente acessível tanto ao público externo quanto ao interno (BRASIL, 2005).

Quanto ao assunto, vale registrar que o art. 26º do Decreto n.º 5.626/2005 estabelece como diretrizes para o Poder Público e entidades privadas a disseminação da Língua Brasileira de Sinais, inclusive mencionando a capacitação de servidores para efeito de acessibilidades a servidores e a cidadãos surdos (BRASIL, 2005).

É sabido, no entanto, que o cidadão Surdo, quando investido em cargo ou emprego público na Administração Pública Federal, ainda se depara com ambientes de trabalho com pouca acessibilidade no que diz respeito ao conhecimento da Libras. Não é demais mencionar que o desconhecimento de uma língua pode acarretar prejuízos de comunicação e, até mesmo, no pleno atendimento de demandas profissionais e sociais.

Sendo assim, o foco desta pesquisa consiste na discussão acerca da importância da Acessibilidade prevista no art. 26º do Decreto n.º 5.626/2005 (BRASIL, 2005). Ademais, em relação ao referencial teórico, cumpre comentar que os conceitos de Cultura e de Identidade Surda, de acordo com estudos apresentados por Strobel (2009), Hall (2004) e Moura (2015), serão abordados com o objetivo de explicitar a importância dos direitos e do reconhecimento do indivíduo Surdo na sociedade.

Por fim, no tocante aos procedimentos metodológicos, cabe explicitar que a pesquisa adotará a perspectiva do “Estudo de Caso”, por meio de entrevista de 3 (três) servidores públicos surdos, tendo como referência normativa o disposto no art. 26º do Decreto n.º 5.626/2005 (BRASIL, 2005).

## **1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA (QUESTÃO DE PESQUISA) E HIPÓTESE**

A acessibilidade é uma questão-chave percebida no dia a dia dos cidadãos surdos no Brasil. Não é demais registrar que os dispositivos introdutórios da Carta Constitucional de 1988 enaltecem os objetivos de promover o desenvolvimento nacional sob os fundamentos da cidadania, da dignidade da pessoa humana e da promoção de todos, sem preconceitos ou formas de discriminações.

Nessa perspectiva, vale salientar a importância da edição da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), e do Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), como normativos que regulamentaram o reconhecimento da Libras, bem como da sua difusão em espaços públicos e privados do País.

No entanto, partindo-se dessa premissa e da percepção de servidores públicos Surdos quanto à acessibilidade, vale indagar se houve, ou não, progressos em relação à disseminação da Libras quando do ingresso em cargos da Administração Pública.

Diante disso, cabe a seguinte pergunta de pesquisa:

- Há um esforço de servidores públicos e de instituições públicas em promover a acessibilidade nesses espaços?

## **2 JUSTIFICATIVA**

É sabido que o Surdo enfrenta muitas dificuldades no que diz respeito à acessibilidade em ambientes da Administração Pública Federal (hospitais, delegacias de polícia, universidades, etc). Muitas vezes, demandas importantes não são plenamente atendidas pelo motivo de não haver o estabelecimento de comunicações mínimas entre cidadãos e servidores públicos.

Em relação ao assunto, não é demais registrar a relevância do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou os dispositivos previstos na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002). O referido normativo trouxe, além de outras disposições, o dever de o Poder Público, juntamente com empresas concessionárias de serviço público, promover a difusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como de assegurar a acessibilidade ao Surdo (BRASIL, 2005).

Diante disso, considerando o transcurso de mais de 15 (quinze) anos desde a emissão do regulamento, questiona-se se houve importantes mudanças no quesito Acessibilidade. Vale a reflexão acerca da presença dos surdos em espaços da Administração Pública (seja como servidor público ou como cidadão detentor de direitos e de demandas sociais).

Ademais, como questão relevante de pesquisa, questiona-se há a devida capacitação de servidores públicos federais, a fim de que se promova a acessibilidade de surdos no ingresso nos cargos e nas funções da Administração por meio do concurso público.

### **3 OBJETIVOS**

A fim de colaborar com a temática da Língua de Sinais Brasileira e dos fundamentos da Acessibilidade, da Cultura e da Identidade Surda, propõe-se a discutir os referidos conceitos, fazendo correlação com a aplicabilidade do dispositivo do art. 26º do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005).

#### **3.1 Objetivo Geral**

- Discutir a importância da acessibilidade a servidores públicos surdos quando do ingresso nos quadros da Administração Pública, em observância ao art. 26º do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005);

#### **3.2 Objetivos Específicos**

- Selecionar reflexões teóricas trazidas por pesquisadores como Strobel (2009), Hall (2004) e Moura (2015), que versam sobre os conceitos da Cultura, da Identidade Surda e da Comunicação Humanizada;
- Aplicar estudo de caso (entrevista com 3 servidores públicos surdos) em relação à realidade encontrada quando do ingresso em cargo público na Administração Pública; e
- Descrever se há conhecimento por parte de servidores públicos e de cidadãos surdos acerca do dispositivo do art. 26 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), com base em dados colhidos na pesquisa de campo.

## **4 REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE A CULTURA E A IDENTIDADE SURDA**

Neste capítulo, serão abordados elementos atinentes aos conceitos de Cultura e Identidade, sob a perspectiva do Indivíduo Surdo. É relevante destacar que a contextualização de Língua, de Identidade e Cultura são tópicos que norteiam o reconhecimento da diversidade e dos direitos dos cidadãos surdos tanto no acesso quanto no exercício de funções e de cargos públicos.

### **4.1 Perspectivas sobre a Cultura e a Identidade Surda**

O conceito de “cultura” nos remete a uma gama de significados. O primeiro deles provém do verbo cultivar, que propicia os recursos oriundos dessa ação. E esse conceito é plenamente aplicável ao contexto da Cultura Surda, que é o objeto deste estudo.

Assim, discutir sobre o conceito de cultura é permitir a abertura de perspectivas sociais, e valorizar diversidades. Quando direcionamos o significado ao contexto social do Surdo, o que se nota é que a dimensão da Cultura ganha o viés de luta, de reconhecimento e de legitimidade quanto à sua identidade é à sua língua.

A palavra "cultura" possui vários significados. Relacionando esta palavra ao contexto de pessoas surdas, ela representa identidade porque pode-se afirmar que estas possuem uma cultura uma vez que têm uma forma peculiar de apreender o mundo que as identificam como tal.

STOKOE, um lingüista americano, e seu grupo de pesquisa, em 1965, na célebre obra *A Dictionary of American Sign Language on linguistic principles*, foram os primeiros estudiosos a falar sobre as características sociais e culturais dos Surdos. (FELIPE, 2007, p. 45).

Outro conceito que bem se aplica à condição humana é a cultura voltada para a diversidade e para as representações dos indivíduos. Strobel (2009) propõe uma importante reflexão acerca da Cultura Surda e dos artefatos que permeiam sua identidade lingüística e social.

A pesquisadora, que possui importante renome na literatura e nas pesquisas voltadas à lingüística do Surdo, apresenta importantes reflexões acerca das percepções de mundo, das línguas de sinais e do reconhecimento de particularidades desse indivíduo no que se refere aos seus valores e costumes.

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com a suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

[...]

O essencial é entendermos que a cultura surda é como algo que penetra na pele do povo surdo que participa das comunidades surdas, que compartilha algo que tem em comum, seu conjunto de normas, valores e de comportamentos.

[...]

Quando fazemos referências à identidade cultural, referimo-nos ao sentimento de pertencimento a uma cultura, isto é, na interação do sujeito surdo com a sua comunidade, assim como reflete Hall (2004), é a representação que atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior.

[...]

Muitas vezes a sociedade dificulta a participação dos sujeitos surdos, deixando de colocar muitos recursos visuais que promovem suas acessibilidades em vários espaços.

[...]

A língua de sinais é uma das principais marca da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal. (STROBEL, 2009, p. 24-46).

Nessa mesma perspectiva, a estudiosa Stumpf (2008) também enaltece o papel da Língua de Sinais na construção da Cultura Surda.

Para a pesquisadora, as experiências de luta e o reconhecimento do povo quanto à sua identidade explicitam aspectos relevantes e que exaltam o papel das línguas de sinais como marca maior da expressão e da comunicação entre esses indivíduos. É importante salientar que as lutas e o reconhecimento quanto à legitimidade das línguas de sinais ainda permanecem nos dias de hoje e são pauta para diversas temáticas ainda em discussão, como acessibilidade, presença de intérpretes em meios de comunicação e a perspectiva do bilinguismo na educação de surdos.

Temos suficientes narrativas dos sofrimentos subjetivos dos surdos quando foram ignoradas as suas diferenças e a sua cultura desvalorizada. Essas narrativas tendem a exaltar a Língua de Sinais e a necessidade da comunicação plena com o outro onde exista a possibilidade de construção da subjetividade e da inserção numa cultura condizente com as necessidades da pessoa surda. (STUMPF, 2008, p. 19).

Deste modo, tanto Strobel (2009) quanto Sumpf (2006) fazem alusão à Cultura Surda como um artefato ideológico e representativo dos indivíduos surdos. Percebe-se nos estudos

que a discussão acadêmica também precisa alcançar realidades sociais e profissionais, permitindo a construção de espaços democráticos e acessíveis a servidores públicos surdos.

Em continuidade ao assunto, percebe-se que a Cultura guarda relação com os elementos de identificação de uma comunidade, que tem como sua representação maior a Língua de Sinais, de acordo com Strobel (2009).

Quando fazemos referência à identidade cultural, referimo-nos ao sentimento de pertencimento a uma cultura, isto é na interação do sujeito surdo com a sua comunidade, assim como reflete Hall (2004), é a representação que atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior (STROBEL, 2009, p. 19).

Nesse viés, também é possível ampliar a discussão para uma abordagem ainda maior. A interculturalidade agrega elementos específicos das culturas, que guardam relação com aspectos mais delimitados e inerentes a determinadas subculturas. Deste modo, as diversidades culturais somadas às particularidades do Surdo também ganham maior dimensão, se somadas a outras questões de cunho social.

Nesse raciocínio, Silva (2006) explicita a importância quanto ao reconhecimento de valores e princípios culturais de indivíduos surdos. Para o autor, as lutas contra formas de discriminação quanto à língua e à identidade também justificam a reflexão acerca da interculturalidade e do reconhecimento de realidades difusas em contexto social.

A interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e à luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos sociais que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade. (SILVA, 2006, p. 34).

De fato, discutir sobre a Cultura Surda é investigar sobre os conceitos de identidade e do reconhecimento de valores e de artefatos inerentes aos indivíduos surdos.

E nessa proposta, também é pertinente trazer à tona estudos e reflexões acerca das identidades sociais que possuímos e adquirimos no decorrer de nossas vidas. Discutir o conceito de identidade é assumir a possibilidade de uma construção ideológica que perpassa os aspectos históricos, culturais, econômicos e políticos.



Segundo Hall (2004), a compressão do contexto das identidades está implicitamente relacionada ao reconhecimento de diversidades sociais. É compreender que a identidade é uma construção contínua de experiências e de interações que os indivíduos possuem ao longo de suas vidas. E no caso do Surdo, é a sua relação com o mundo e a sua manifestação por meio da língua de sinais.

A sociedade não é, como os sociólogos pensaram muitas vezes, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças e evolucionárias a partir de si mesma, como o desenvolvimento de uma flor a partir de seu bulbo. Ela está constantemente sendo “descentrada” ou deslocada por forças de si mesma.

As sociedades da modernidade tardia, argumenta ele, são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeitos” – isto é, identidades – para os indivíduos.

[...]

Aquelas pessoas que sustentam que as identidades modernas estão sendo fragmentadas argumentam que o que aconteceu à concepção do sujeito moderno, na modernidade tardia, não foi simplesmente sua desagregação, mas seu deslocamento. Elas descrevem esse deslocamento através de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno.

(HALL, 2004, p. 17, 34).

Diante das abordagens e dos conceitos trazidos pelos autores, o que se nota é que a Cultura e a Identidade Surda são fundamentos essenciais para a compreensão do Surdo como indivíduo partícipe da construção da sociedade.

E essa perspectiva, também, é possível relacionar esses aspectos refere aos profissionais Surdos que se encontram em exercício nos quadros da Administração Pública. É justamente esse o objeto de pesquisa deste trabalho.

## **4.2 Discutindo o Multiculturalismo e os direitos das pessoas**

Os conceitos do Multiculturalismo e da Comunicação Social estão intrinsecamente relacionados aos direitos das pessoas. A Constituição Federal de 1988 do Brasil (BRASIL, [2021]) explicita em seus dispositivos iniciais o objetivo de construir uma sociedade justa e solidária, bem como de promover o bem da coletividade e de respeitar a pluralidade cultural dos cidadãos.

Diante disso, o que se nota é que as interações e os fatores multiculturais são fundamentos que promovem o desenvolvimento social e permitem que os ambientes coletivos sejam permeados de diversidades e de participação mútua entre indivíduos. Moura (2015) explicita que a comunicação humanizada considera o fator empatia como premissa fundamental para o reconhecimento de identidades sociais que constroem as relações.

O desenvolvimento da compreensão do termo competência comunicacional segue a dinâmica e a complexidade do termo competência comunicativa em um contexto social e histórico, intrínseco com a linguagem e realidade em que circula o sujeito e sua condição humana em uma sociedade onde a comunicação dialógica e a dialética estão cada vez mais diluídas e influenciadas por um ritmo crescente de globalização e evoluções mediadas pela comunicação digital. (MOURA, 2015, p. 80).

Ademais, sob a perspectiva do Multiculturalismo e das minorias, Groff e Pagel (2009) enaltecem que a discussão de direitos e garantias dos indivíduos permitem o reconhecimento de lacunas sociais, que podem ser consideradas quando da construção de uma sociedade participativa e empoderada.

A noção de multiculturalismo, em sentido amplo, pode mudar de um lugar para outro. Algumas pessoas veem o multiculturalismo como uma filosofia antirracista; outras, como uma maneira de reforma educacional; outras, como proteção da diversidade cultural e dos direitos das minorias, ou o veem como uma neutralidade, entendendo ser uma simples pluralidade de culturas. O multiculturalismo para pessoas diferentes pode significar coisas diferentes. No entanto, não importa o modo de vê-lo, mas sim de efetivá-lo como um fim social que está sempre em prol de direitos de certos grupos. (GROFF; PAGEL, 2009, p. 10).

De fato, contextualizar a realidade da Comunidade Surda é verificar que há muito o que conquistar. Considerando os pressupostos da Acessibilidade, da Identidade Cultural e da Comunicação, convém destacar que essas etapas perpassam pelo reconhecimento do valor cultural e social do Surdo e de sua autonomia para ingressar no mercado de trabalho.

Em relação ao assunto, vale registrar que o Surdo detém total liberdade e direito de escolha de sua profissão. Para tanto, o objeto deste estudo será o de investigar a realidade de profissionais surdos quando do ingresso nos quadros da Administração Pública Brasileira.

No tocante ao contexto de reconhecimento social e cultural, a pesquisadora Perlin (1998) traz a perspectiva da luta pela inserção do surdo na sociedade, partindo da premissa do Instituto Nacional do Surdo (INES).

O sujeito se constrói quando estabelece contatos com o meio e vive situações diferenciadas de representação. Os discursos que constituem as representações definem poderes iguais que ocupam diferentes espaços e controles dos grupos

[...]

Quero salientar que todos os sujeitos surdos possuem identidade surda, e essa se apresenta de formas diferenciadas. Ela está diretamente vinculada com a forma de comunicação, que é um referente fixo para identificar o surdo, uma vez que é construída a cada interpelação feita entre sujeitos.

Tendo uma base fixa de referência para explicar a identidade surda, ou seja, “o que identifica o surdo é o uso da comunicação visual” – parto do princípio de que, mesmo assim, é possível ver a identidade surda de forma plural, multifacetada, onde as identidades que surgem no grupo são negociadas entre seus membros e com as histórias que cada um deles possui. A constituição da identidade dependerá então, entre outras coisas, de como o sujeito é interpelado pelo meio em que vive.

[...]

A identidade surda, dentro das diferentes categorizações de identidade, sempre está em proximidade e em situação de necessidade com o outro igual. Por que isso? Porque o surdo usa a comunicação visual e não auditiva. O sujeito surdo, nas suas múltiplas identidades, sempre está em situação de necessidade em relação à identidade surda. Ela se parece com um ímã para a questão de identidades cruzadas. (PERLIN, 1998, p. 112, 115).

Diante disso, o que se verifica é que o reconhecimento cultural do Surdo é um direito fundamental e previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, [2021]). Por sua vez, o acesso a empregos e cargos públicos, nos termos do art. 37º, deve considerar os pilares da comunicação social e da diversidade linguística, que acontece por meio da Língua de Sinais.

Por fim, vale mencionar que a construção de identidades nos remete a possibilidades difusas. Assim, Perlin (1998, p. 121) acrescenta que o Surdo pode se tornar um sujeito autônomo, podendo “projetar seu ser no mundo”.

## **5 DISCUTINDO A ACESSIBILIDADE AOS SERVIDORES PÚBLICOS SURDOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

Neste capítulo, serão abordados elementos atinentes aos conceitos de Acessibilidade, aos termos do Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005) e à Libras.

### **5.1 Debates sobre o Decreto nº 5.626/2005**

A edição do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, representou um importante marco para a regulamentação de dispositivos da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002). Isso porque, além de prever importantes registros acadêmicos para a inclusão da Libras como disciplina e formação profissional, também trouxe a determinação de que a Administração Pública promova a acessibilidade em seus espaços (BRASIL, 2005).

Quanto ao assunto, saliento que a minha a experiência profissional aliada às reflexões trazidas no decorrer do curso de Língua Brasileira de Sinais-Português com Segunda Língua da Universidade de Brasília (LSB-PSL) foram determinantes para a discussão do tema “Acessibilidade do Surdo na Administração Pública Federal”.

Isso porque há, de fato, dispositivos a serem observados e que, se forem devidamente cumpridos, poderão minimizar problemas percebidos por servidores surdos quando do exercício de suas atribuições funcionais.

Deste modo, é pertinente comentar que o Decreto em menção prevê deveres por parte do Poder Público quanto à disseminação da Libras para o efetivo atendimento de demandas sociais de indivíduos surdos. Vale a citação do artigo 26º, para efeito de discussão:

Art. 26. O Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, deverão garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa. (Redação dada pelo Decreto nº 9.656, de 2018)

§ 1º Para garantir a difusão da Libras, as instituições de que trata o caput deverão dispor de, no mínimo, cinco por cento de servidores, funcionários ou empregados com capacitação básica em Libras. (Redação dada pelo Decreto nº 9.656, de 2018)

§ 2º Para garantir o efetivo e amplo atendimento das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, o Poder Público, as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, poderão utilizar intérpretes contratados especificamente para essa função ou central de intermediação de comunicação que garanta a oferta de atendimento presencial ou remoto, com intermediação por meio de recursos de videoconferência on-

*line e webchat*, à pessoa surda ou com deficiência auditiva. (Redação dada pelo Decreto nº 9.656, de 2018)

§ 3º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e distrital e as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o efetivo e amplo atendimento previsto no caput. (Incluído pelo Decreto nº 9.656, de 2018) (BRASIL, 2005)

Sendo assim, como cerne dessa questão, registre-se que o parágrafo primeiro do artigo 26º traz a previsão de capacitação em Libras para servidores públicos federais e empresas concessionárias, em quantitativo mínimo de 5% (cinco por cento). Diante disso, considerando o transcurso de mais de 15 (quinze) anos, quais foram os progressos obtidos ou o que precisa melhorar no quesito “Acessibilidade” de servidores e cidadãos surdos? Esses serão alguns temas que serão discutidos nesta pesquisa.

## **5.2 Difusão da Língua de Sinais Brasileira e a Acessibilidade ao servidor público federal surdo**

Ainda em relação aos termos do Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), é relevante destacar que a difusão da Libras e a Acessibilidade foram pontos destacados no normativo. Assim, a intenção do ente público ao regulamentar a norma foi a de reconhecer a importância de uma demanda social oriunda da Comunidade Surda.

Portanto, o regulamento trouxe a difusão da Língua como requisito para formação acadêmica, profissional e social. Esse é um dos dispositivos que, além de promover a interação e o aperfeiçoamento social, também vai ao encontro dos objetivos constitucionais do País, que são os de “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, de raça, raça, de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Ademais, considerando a temática profissional, cumpre salientar que o dispositivo previsto no art. 37 explicita ser acessível aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o acesso a cargo ou emprego público.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (EC no 18/98, EC no 19/98, EC no 20/98, EC no 34/2001, EC no 41/2003, EC no 42/2003 e EC no 47/2005)

I– os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II– a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. (BRASIL, [2021]).

Deste modo, e com o intuito de aperfeiçoar o cumprimento constitucional, é necessário discutir, também, quais as condições de convívio social e profissional são oferecidas a servidores públicos surdos, tanto quanto ao ingresso como ao exercício de suas atribuições funcionais. E esse debate tem como fundamento subsidiário o parágrafo primeiro do Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005).

Apesar de o texto ser direcionado ao atendimento social das demandas de cidadãos surdos, acredito, também, na possibilidade da interpretação de que servidores públicos surdos também possam ser beneficiados com as capacitações de outros profissionais da Administração em cursos de Libras. Essa ação permitirá o desenvolvimento de instituições e favorecerá a interação profissional e social de indivíduos.

Sobre o assunto da difusão da Libras, convém comentar que as tecnologias exercem papel preponderante no auxílio de comunicações entre cidadãos e Poder Público. Embora essa não seja temática central deste estudo, é pertinente explicitar que a edição de aplicativos e de outros recursos tem aprimorado a comunicação na Administração Pública, inclusive a de servidores surdos.

As tecnologias têm se apresentado como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento e a constituição dos sujeitos surdos. A partir do desenvolvimento e da ampliação do acesso às novas tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC), torna-se necessária a análise do papel delas na comunicação do surdo.

[...]

Os surdos têm pensado no futuro, na organização de seus movimentos e em buscar melhorias na qualidade de vida. Ademais, já estão sendo estabelecidas discussões com a sociedade, em um esforço coletivo para a garantia de seus direitos de acesso ao conhecimento por meio de uma formação qualificada, possibilitando a entrada de surdos no mercado de trabalho, focando em objetivos individuais e coletivos para conquistas futuras (GOETTERT, 2019, p. 125)

Em relação à perspectiva da Administração Pública e da Acessibilidade, vale destacar também a dissertação defendida na Universidade de Brasília (UnB) com o tema “*A Terminologia da Libras como veículo de Cultura em Concursos Públicos*”.

A pesquisa, além de investigar os temas voltados para a Cultura Surda, demonstra importantes fundamentos voltados à difusão da Libras e à importância da Acessibilidade nos espaços da burocracia pública brasileira.

No Brasil, a Língua de Sinais Brasileira - LSB é a língua da minoria linguística dos surdos. Com a Lei 10.436/02, a LSB é uma língua reconhecida oficialmente para o uso da comunidade surda brasileira. Essa língua deu aos surdos ‘status’ linguístico e social. Mas, infelizmente, muitas pessoas não conhecem a lei e sua aplicação, o que proporciona a diminuição da participação de surdos nos eventos nacionais.

[...]

Nessa Lei, no Artigo 2º, acessibilidade é definida “como sendo a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, entre outras coisas, dos sistemas e meios de comunicação. Por sua vez, barreira na comunicação é definida como qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação ou de massa. (BARROS, 2012, p. 11, 19).

Quanto a esse tema, cumpre registrar que a Acessibilidade na Administração Pública é importante direito, sob a ótica do cidadão e do servidor público. A observância a esse dispositivo, além de ir ao encontro de fundamentos e de objetivos constitucionais, viabiliza o atendimento de demandas sociais.

Ademais, também é relevante registrar estudos que fazem alusão às políticas públicas sob um olhar fundamental do Estado Democrático de Direito. Segundo Krause e Klein (2017, p. 2), discutir a Acessibilidade ao Surdo é valorizar a sociedade e respeitar direitos e garantias fundamentais previstas no ordenamento jurídico brasileiro.

Quando nos referimos a surdos, estamos falando de uma comunidade linguística, que utiliza a Língua de Sinais como forma de comunicação, no caso do nosso país, a LIBRAS. Dessa forma, há uma grande parcela da população brasileira se comunica com outra língua dentro de seu país, nesse caso, com a Libras. Assim, para que estes não se sintam estrangeiros dentro de sua própria nação, há diversos documentos que garantem a presença de intérpretes /tradutores de libras, mas, percebemos que a efetivação desse direito ainda não é real, e, a própria autora desse texto, na condição de surda e usuária de libras, percebe as dificuldades encontradas no cotidiano quando há ausência de acessibilidade em diversos espaços sociais. Ressalta-se ainda, que a comunidade surda, tem sua língua oficializada pela lei 10.436/02, e que seus usuários vivem uma comunicação visual, o que torna essa comunidade linguística, viver uma cultura que lhe é própria, pela forma como significa o mundo, a partir do ver , no entanto , com a ausência de uma efetiva

acessibilidade, a cultura surda pode ser ofuscada, reprimida ou disfarçada na sociedade dita inclusiva, diante de uma maioria ouvinte, que vive e percebe o mundo dentro de uma cultura oral – auditiva. Aqui faremos uma breve análise dessas dificuldades que não são vistas por todos, mas sentidas por mais de 2 milhões de brasileiros.

[...]

Os surdos buscam a partir das leis a concretização de seus direitos, tanto no campo educacional como no campo social, pois ele é um ser humano na íntegra, não basta ter apenas a sua língua na escola, ele precisa de sua língua em todas as esferas sociais, desde ao lazer, trabalho, mídia, quanto a saúde, entre tantas outras atividades que o surdo é provado ou, é um estrangeiro em sua própria terra, pois não compreende o que é dito no lugar em que vive e também contribui como cidadão.

[...]

Já são diversos anos desde a publicação de documentos já mencionados nesse texto, aqui, trouxemos uns recortes de pontos que consideramos essenciais para que o exercício de cidadania seja vivido pelo surdo. Não ter acesso às informações básicas é ferir um direito básico do ir e vir, de ser parte. O surdo tem plenas condições de estudar, trabalhar, se divertir e ajudar na promoção de uma sociedade mais justa e digna, mas como saber o que ele pensa se ainda há situações que ele é excluído, pensam por ele, negligenciado e negado como ser humano capaz, como alguém que tem vontade, mas não pode estar nesse espaço por não ser compreendido. Precisamos ter mais organizações que fiscalizem a concretização da lei, mais informações sobre esses direitos a comunidade surda, mas de forma acessível, te versões em libras desses documentos oficiais para que todo surdo possa se informar e conhecer seus direitos. (KRAUSE; KLEIN, 2017, p. 2).

Por fim, vale comentar que a reflexão acerca da Acessibilidade ao servidor público surdo na Administração Pública remete a importantes interpretações. Dentre elas, a de que o Estado deve viabilizar as condições de trabalho, fomentando, inclusive, a capacitação de servidores para o atendimento de demandas sociais e a de interações profissionais.

Além de ser uma exigência normativa, a capacitação em cursos da Língua de Sinais Brasileira valoriza a Identidade e a Cultura Surda, promovendo interações importantes no trabalho e tornando mais efetivo o atendimento ao cidadão brasileiro surdo.

### **5.3 Discutindo a Acessibilidade sob a perspectiva da Escola Nacional de Administração Pública**

A Acessibilidade é um conceito importante e diretamente relacionado aos espaços públicos e aos direitos dos indivíduos. É viabilizar o acesso, a disponibilidade de um bem ou de uma informação de interesse a um cidadão.

Para a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), a diversidade humana é permeada de complexidades e de providências que devemos tomar para minimizar as



barreiras de acesso que o cidadão, com limitações físicas, sensoriais ou cognitivas, possui e que o impede de ter demandas sociais plenamente atendidas.

Barreiras são qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015).

Ademais, a entidade faz especial destaque para o dever de o Estado fomentar ações que visem a mitigar os problemas enfrentados por indivíduos quanto à acessibilidade em ambientes coletivos. Vale comentar que essa atenção também deve ser voltada aos servidores públicos surdos quando de suas atividades de socialização e de cumprimento funcional.

As barreiras ambientais e sociais enfrentadas por pessoas surdas são as que impedem ou dificultam sua comunicação e acesso à informação. A ausência de avisos de forma visual para alarmes de emergência, como incêndios, em edificações de uso público, é um exemplo, assim como a falta de acesso a sistemas alternativos de comunicação e informação em ambientes como aeroportos e serviços de transporte público (ENAP, 2019, p. 25).

Nessa perspectiva, vale comentar que o advento das tecnologias da informação (assistiva e acessível) vêm contribuindo para a disseminação da Língua de Sinais Brasileira em ambientes da burocracia pública. De acordo com o Ministério da Economia, a digitalização governamental também considera como relevante o procedimento de tradução automática de textos contidos em sites da Administração para Libras. É importante salientar, no entanto, que as ferramentas são recursos de apoio, não substituindo o relevante papel exercido por profissionais intérpretes de línguas de sinais.

Por fim, é pertinente explicitar que outras capacitações voltadas para a temática da Acessibilidade se encontram em efetiva discussão pela ENAP. Isso porque a demanda social de minorias, cada vez mais evidente, fomentou a construção de novas capacitações e cursos que sejam destinados ao respeito aos direitos humanos, à dignidade e a acessibilidade de indivíduos aos espaços públicos.

## **6 PERCURSO METODOLÓGICO**

Neste capítulo, serão abordados os procedimentos metodológicos que discutirão o problema de pesquisa. Na oportunidade, serão analisados o método, o estudo de caso, o perfil de entrevistados, as entrevistas e a análise de dados coletados.

### **6.1 Metodologia De Pesquisa**

A metodologia tem como objetivo a aplicação de técnicas que acompanham a edificação do conhecimento, com a finalidade de verificar a validade do objeto em questão (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 14).

No tocante ao estudo, destaca-se que o percurso metodológico se caracteriza como exploratório e qualitativo, visto que seu objetivo será levantar informações acerca da Acessibilidade e do cumprimento do dispositivo do art. 26º do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, considerando o ingresso de servidores surdos no quadro da Administração Pública (BRASIL, 2005).

### **6.2 Do Estudo de Caso**

O Estudo de Caso é uma proposta metodológica que consiste na coleta e na análise de informações partindo de um indivíduo ou grupo social. Pode ser uma pesquisa de cunho qualitativo e/ou quantitativo, busca a coerência e a objetividade como condições essenciais para o estudo (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 60).

Sendo assim, a pesquisa ocorrerá por meio da realização de entrevista com 3 (três) servidores público surdos, que ingressaram no quadro da Administração Pública.

Quanto à técnica de pesquisa, será adotado o modelo de entrevistas semi-estruturadas, sob a perspectiva de um estudo de caso.

Em síntese, os convém destacar os seguintes indicadores propostos para este estudo:

- Pesquisa qualitativa e exploratória;
- Público-alvo para entrevista: 3 (três) servidores públicos surdos;
- Adoção de modelo de perguntas (semi-estuturado) para entrevista;

- Análise do discurso (comentários dos resultados em contraponto com o referencial teórico e com a legislação em referência).

### **6.3 Etapas da Pesquisa**

1. Escolha do Entrevistado para Estudo de Caso (perfil do entrevistado);
2. Realização da entrevista (aplicação de questionário semi-estruturado, com 7 (sete) perguntas sobre as temáticas “Comunicação”, “Acessibilidade”, “Língua de Sinais Brasileira” e “Decreto nº 5.626/2005”);
3. Coleta de Dados (organização de dados coletados na entrevista);
4. Análise de Dados (análise do discurso e concatenação com referencial teórico e legislação correlata);

### **6.4 Perfil do Entrevistado**

A amostra adotada para a pesquisa é não probabilística e por conveniência. Ademais, em relação ao perfil do entrevistado, vale destacar que os servidores ocupam cargos de técnicos administrativos.

O Entrevistado “A” possui perfil administrativo e operacional. Tem 60 (sessenta) anos. É servidor aposentado de empresa pública do Governo do Distrito Federal (GDF).

O Entrevistado “B” possui perfil administrativo e operacional. Possui mais de 10 (dez) anos de experiência no serviço público. Tem 35 (trinta e um) anos. É servidor público do GDF.

A Entrevistada “C” possui perfil analítico e administrativo. É formada em Direito e possui mais de 17 (dezesete) anos de experiência no serviço público. Tem 35 (trinta e cinco) anos. É servidora pública federal do Ministério Público da União (MPU).

### **6.5 Procedimentos e metas para a Entrevista**

O instrumento adotado foi o roteiro de perguntas fechadas (semi-estruturadas), com abordagens voltadas para os tópicos da acessibilidade, da difusão da Língua de Sinais Brasileira e do art. 26º do Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005).

Para a entrevista, foram utilizados os recursos visuais (câmeras e/ou celulares) para interação, mediante prévia comunicação ao entrevistado quanto à finalidade do procedimento. Foram oferecidas as possibilidades para participação desse trabalho por meio de livre escolha pela Língua de Sinais Brasileira ou pelo Português Escrito.

## 6.6 Do Modelo de Perguntas para a Entrevista

Quadro 1 – Questionário de Perguntas Semi-estruturadas

INDICADOR	PERGUNTAS AO SERVIDOR
Comunicação	1. Introdução. Como você avalia a comunicação com colegas servidores e demais agentes em sua repartição pública?
Acessibilidade	2. Quando surgiu o interesse pelo cargo/emprego público? Você sentiu dificuldades ao ingressar no cargo público federal?
Acessibilidade	3. Você percebe se há acessibilidade na instituição em que você exerce suas funções?
Língua de Sinais Brasileira	4. Você acha importante a difusão da Língua Brasileira de Sinais?
Língua de Sinais Brasileira	5. Explique se os servidores e os colaboradores de sua instituição compreendem a Língua Brasileira de Sinais?
Decreto nº 5.626/2005	6. O Decreto prevê a capacitação de servidores públicos federais na Língua de Sinais Brasileira, em percentual mínimo de 5% (cinco por cento). Desse modo, você acredita que há o devido cumprimento aos termos do art. 26º do Decreto nº 5.626/2005?
Decreto nº 5.626/2005	7. Considerando a edição do Decreto nº 5.626/2005 e o transcurso de mais de 14 (quatorze) anos, explique se ocorreu, ou não, progressos com relação à acessibilidade de servidores públicos nos quadros da Administração Pública Federal.

Fonte: O autor (2021).

## 6.7 Das entrevistas e dos dados coletados

Em 15 de outubro de 2021, foi realizada a entrevista com o “Entrevistado A”. Na oportunidade, a interação aconteceu por meio de mídia social (ligação por vídeo), por meio da

Língua de Sinais Brasileira. Não houve a gravação do evento. As perguntas eram feitas e, após as respostas, os registros foram transcritos para o Português.

Em 21 de outubro de 2021, foi realizada a entrevista com o “Entrevistado B”. Na oportunidade, a interação aconteceu por meio de mídia social, por meio do Português Escrito. As perguntas foram lançadas e as respostas foram devidamente apresentadas.

Em 23 de outubro de 2021, foi realizada a entrevista com a “Entrevistada C”. Na oportunidade, a interação aconteceu por meio de mídia social, por meio do Português Escrito. As perguntas foram lançadas e as respostas foram devidamente apresentadas.

Quadro 2 – Categoria “Comunicação”

<p><b>1. Como você avalia a comunicação com colegas servidores e demais agentes em sua repartição pública?</b></p>
<p><i>Entrevistado “A”</i></p> <p><i>“Pessoas com pouca interação. Apenas Português Escrito. As interações na equipe eram apenas escrita. Não havia muito esforço das pessoas em aprender Libras. Havia preconceito entre Libras e Português, pois as pessoas queriam mais comunicar em língua escrita e Libras era interpretado como língua de gestos.”</i></p>
<p><i>Entrevistado “B”</i></p> <p><i>“Comunico com os pessoais do trabalho através de português escrito via zap, e também escreve no bilhete que ajuda me atender no preparação do expediente.”</i></p>
<p><i>Entrevistada “C”</i></p> <p><i>“Não tenho dificuldade de comunicação com meus colegas. No entanto agora com a pandemia, o uso de máscara dificultou muito a compreensão da fala dos colegas pois utilizo muito da leitura labial como parte do mecanismo de compreensão da comunicação entre surdo e pessoas oralizadas.”</i></p>

Fonte: (ENTREVISTADO A, 2021; ENTREVISTADO B, 2021; ENTREVISTADA C, 2021).

Quadro 3 – Categoria “Acessibilidade”

<p><b>2. Quando surgiu o interesse pelo cargo/emprego público? Você sentiu dificuldades ao ingressar no cargo público federal?</b></p>
<p><i>Entrevistado “A”</i></p> <p><i>“Eu tive muita dificuldade porque as pessoas não sabiam Libras na Novacap. Eu me sentia confuso porque as interações no trabalho eram mais difíceis por não haver comunicação. No começo, eu sinalizada devagar para que as pessoas pudessem entender o que eu estava informando. Percebia interesse em alguns colegas em interagir por causa minha postura.”</i></p>

*Então, eu queria aprender e interagir meu trabalho e aprender mais. No começo carreira, eu escrevia bastante pessoas entenderem, mas depois colegas aprenderam alguns sinais objetivos.”*

Entrevistado “B”

*“Em 2012, meu primeiro trabalho foi no Detran, pois antes disso, tive muita dificuldade de estudo pois há 8 anos de luto para conseguir ingressar no concurso.”*

Entrevistado “C”

*“Quis ingressar no serviço público desde os 17 anos quando passei no concurso da Polícia Federal, meu objetivo era obter independência da família e ter estabilidade financeira, além de um bom plano de saúde que meu auxiliasse no custeio de bons aparelhos auditivos me dando assim qualidade de vida. Estudei muito para as provas, não tive dificuldades além das normais por conta da concorrência, pois tive anos de muito embasamento no português como primeira língua.”*

Fonte: (ENTREVISTADO A, 2021; ENTREVISTADO B, 2021; ENTREVISTADA C, 2021).

#### Quadro 4 – Categoria “Acessibilidade”

### **3. Você percebe se há acessibilidade na instituição em que você exerce suas funções?**

Entrevistado “A”

*“A acessibilidade na Empresa era mínima porque pessoas não interessavam por Libras. Poucos servidores surdos como eu, então havia Português para ouvintes era mais utilizado na minha época. Não tinha intérpretes, e isso dificultava a minha compreensão em questões do trabalho. Eu achava isso grave, mesmo sabendo que eu era apenas 1 servidor surdo em minha unidade. A acessibilidade não tinha e também não havia ações específicas para melhorar situação.”*

Entrevistado “B”

*“Não tive nenhum conhecimento sobre a acessibilidade, só soube as informações após ingressar o curso de libras no ensino superior da UnB.”*

Entrevistada “C”

*“Não havia acessibilidade até 2020, agora criei junto com alguns colegas e Promotores de Justiça, o Setor de Acessibilidade em Libras do MPDFT. Então agora sim, temos acessibilidade.”*

Fonte: (ENTREVISTADO A, 2021; ENTREVISTADO B, 2021; ENTREVISTADA C, 2021).

Quadro 5 – Categoria “Língua de Sinais Brasileira”

<b>4. Você acha importante a difusão da Língua Brasileira de Sinais?</b>
<p>Entrevistado “A”</p> <p><i>“Eu no passado tive depressão e ficava triste por não conseguir comunicar pessoas. Mas depois que aprendi Libras minha vida melhorou bastante. Acho importante o reconhecimento língua no Brasil. Eu acredito que a cultura e a identidade surda são valorizadas com a disseminação da língua porque permite conhecimento pessoas.”</i></p>
<p>Entrevistado “B”</p> <p><i>“Com certeza, muito importante que trazer as informações para nos dar mais conhecimentos sobre as situações sociais e atuais.”</i></p>
<p>Entrevistada “C”</p> <p><i>“Acho extremamente importante, embora eu seja surda com língua materna no Português, entendo que a Libras é a Língua materna da maioria dos Surdos do Brasil e a difusão desta Língua garante a independência, a individualidade e a participação do Surdo na sociedade.”</i></p>

Fonte: (ENTREVISTADO A, 2021; ENTREVISTADO B, 2021; ENTREVISTADA C, 2021).

Quadro 6 – Categoria “Língua de Sinais Brasileira”

<b>5. Explique se os servidores e os colaboradores de sua instituição compreendem a Língua Brasileira de Sinais?</b>
<p>Entrevistado “A”</p> <p><i>“As pessoas entendiam pouco a língua de sinais. Os grupos ficavam interagindo mais em oralização, eu tentava entender, mas informações com problemas. Lembro dificuldade entender procedimentos no trabalho.”</i></p>
<p>Entrevistado “B”</p> <p><i>“Meus colegas e chefe são compreensíveis, que me ajudam para tirar a dúvida através de escrito de português sobre a preparação dos ofícios, memorandos, despachos e outros serviços.”</i></p>
<p>Entrevistada “C”</p> <p><i>“Poucos são os servidores que possuem algum conhecimento de Libras. Agora serão realizados cursos para quem trabalha com atendimento ao público, para que possam ter o mínimo de compreensão da Língua e possam passar o atendimento ao responsável (eu) do Setor de Acessibilidade em Libras.”</i></p>

Fonte: (ENTREVISTADO A, 2021; ENTREVISTADO B, 2021; ENTREVISTADA C, 2021).

Quadro 7 – Categoria “Decreto nº 5.626/2005”

**6. O Decreto prevê a capacitação de servidores públicos federais na Língua de Sinais Brasileira, em percentual mínimo de 5% (cinco por cento). Desse modo, você acredita que há o devido cumprimento aos termos do art. 26º do Decreto nº 5.626/2005?**

Entrevistado “A”

*“Eu acredito decreto importante com regras, mas pessoas tem pouco interesse em aprender língua. Acho que faltar investimento, discussão governo melhorar situação progresso social. Pessoas precisam comunicar questões importantes saúde, política, segurança.”*

Entrevistado “B”

*“Creio que sim, mas até o momento que não precisei o acesso em libras, pois, na minha língua portuguesa como segunda língua, já é suficiente na minha área do trabalho.”*

Entrevistada “C”

*“O decreto está MUITO longe de ser cumprido pelos Órgãos federais, no entanto o MPDFT já está dando seus primeiros passos para isso. Estamos no caminho.”*

Fonte: (ENTREVISTADO A, 2021; ENTREVISTADO B, 2021; ENTREVISTADA C, 2021).

Quadro 8 – Categoria “Decreto nº 5.626/2005”

**6. O Decreto prevê a capacitação de servidores públicos federais na Língua de Sinais Brasileira, em percentual mínimo de 5% (cinco por cento). Desse modo, você acredita que há o devido cumprimento aos termos do art. 26º do Decreto nº 5.626/2005?**

Entrevistado “A”

*“Não acredito. Faltar pessoas intérpretes de Libras, servidores sem saber Libras e comunicação pouca. Eu não sabia regra no Decreto. Mas novo regulamento, eu já servidor aposentado vi pouco investimento governo melhorar Libras na Administração e Empresa trabalhei toda minha experiência.”*

Entrevistado “B”

*“Complemento na pergunta 3, foi no ano 2017 quando soube informação desse decreto no curso da UnB. Então não tenho experiente como ocorreu durante 14 anos, acredito que venham cada vez mais e melhorando a acessibilidade na inclusão social.”*

Entrevistada “C”

*“Houve sim alguns progressos, como por exemplo a possibilidade de requerer atendimento especial para realização da prova; alguns raros processos possuem a possibilidade da prova em Libras (como o ENEM e o vestibular da UNB), mas concursos públicos ainda podem melhorar realizando as provas em Libras para os concorrentes surdos. É uma luta a ser conquistada ainda.”*

Fonte: (ENTREVISTADO A, 2021; ENTREVISTADO B, 2021; ENTREVISTADA C, 2021).



## 6.8 Da Análise de Dados

A análise de dados ocorrerá mediante a técnica da análise discursiva. Para Oliveira e Recena (2009), a pesquisa por meio da investigação de elementos discursivos permite a compreensão e a interpretação de categorias que subsidiam objetos de pesquisa.

As pesquisadoras enaltecem a metodologia da análise discursiva no que diz respeito à investigação de significados e a interpretação de elementos em categorias de análise.

Em continuidade ao assunto, Moraes (2003) afirma que as pesquisas qualitativas permitem uma análise efetiva sobre pesquisas com conteúdo discursivo. Dessa maneira, as entrevistas resultam em material registrado, o qual deve ser posteriormente analisado pelo pesquisador.

Pesquisas qualitativas têm cada vez mais se utilizado de análises textuais. Seja partindo de textos já existentes, seja produzindo o material de análise a partir de entrevistas e observações, a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão (MORAES, 2003, p. 191).

Por fim, Medeiros (2006) explicita que a leitura crítica é relevante para fins de pesquisa e avaliação acerca de conhecimentos e de intencionalidades de estudos.

Assim, ler criticamente é, acima de tudo, perceber a consistência das ideias apresentadas, a coerência e harmonia do texto. Ao leitor crítico é fundamental diferenciar ideias, saber hierarquizá-las, analisar a pertinência delas, bem como o nexos que as une. Ao hierarquizá-las, é necessário:

- Separar as ideias principais das secundárias;
- Relacionar os pormenores que servem de apoio às ideias secundárias;
- Arrolar ideias opostas; (MEDEIROS, 2006, p. 101).

Diante disso, os indicadores da pesquisa “Comunicação”, “Acessibilidade”, “Língua Brasileira de Sinais” e “Decreto nº 5.626/2005” serão abordadas em entrevista sob a perspectiva da análise do discurso.

Assim, as informações coletadas serão correlacionadas em quadro-síntese, considerando os pontos relevantes citados pelos servidores públicos entrevistados. Confirma-se:

Quadro 9 – Referencial Analítico de Pesquisa

INDICADOR 1	ASPECTOS ENTREVISTADO “A”	ASPECTOS ENTREVISTADO “B”	ASPECTOS ENTREVISTADA “C”
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Pouca interação;</li> <li>➤ Português Escrito;</li> <li>➤ Preconceito;</li> <li>➤ Libras como “língua de gestos”;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Português Escrito;</li> <li>➤ Interação por meio da escrita;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dificuldade na acessibilidade devido ao uso de máscaras (Pandemia);</li> <li>➤ Utilização de leitura labial;</li> </ul>
INDICADOR 2	ASPECTOS ENTREVISTADO “A”	ASPECTOS ENTREVISTADO “B”	ASPECTOS ENTREVISTADA “C”
Acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dificuldade para interagir e compreender;</li> <li>➤ Poucos servidores surdos;</li> <li>➤ Pouco interesse para aprender Libras;</li> <li>➤ Ausência de intérpretes;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dificuldades para se preparar e passar em concursos públicos;</li> <li>➤ Desconhecimento de conceitos.</li> <li>➤ Os conceitos foram aprendidos quando no ingresso no curso de LSB-PSL da UnB;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ausência de dificuldades, pois detinha o conhecimento satisfatório do Português Escrito;</li> <li>➤ Busca da qualidade de vida (aparelhos auditivos e planos de saúde);</li> <li>➤ Criação de núcleo específico (Setor de Acessibilidade no MPDFT), houve uma relevante melhora;</li> </ul>
INDICADOR 3	ASPECTOS ENTREVISTADO “A”	ASPECTOS ENTREVISTADO “B”	ASPECTOS ENTREVISTADA “C”
Língua de Sinais Brasileira	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Depressão e tristeza;</li> <li>➤ Aquisição da Língua de Sinais e melhora emocional;</li> <li>➤ Valorização da Língua de Sinais Brasileira;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Divulgação da Língua de Sinais Brasileira para dar maior conhecimento e auxiliar em situações de cunho social;</li> <li>➤ Compreensão de colegas de trabalho quando da elaboração de trabalhos de expediente administrativo (memorandos, ofícios, processos, etc);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Relevância na divulgação da Língua de Sinais Brasileira como elemento de incentivo à independência, à individualidade e à participação do Surdo na sociedade;</li> </ul>

INDICADOR 4	ASPECTOS ENTREVISTADO “A”	ASPECTOS ENTREVISTADO “B”	ASPECTOS ENTREVISTADA “C”
Decreto nº 5.626/2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Falta de investimentos;</li> <li>➤ Comunicação é importante para Educação, Saúde e Segurança;</li> <li>➤ Ausência de intérpretes e de servidores que saibam Libras;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O Português Escrito é o suficiente para realização de trabalhos e rotina na Administração Pública;</li> <li>➤ Os conhecimentos acerca do Decreto foram somente aprendidos quando do ingresso na UnB;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Poucos servidores capacitados em Libras;</li> <li>➤ O Decreto não é cumprido;</li> <li>➤ Houve alguns progressos (ENEM, vestibular UnB), mas concursos públicos ainda podem melhorar realizando as provas em Libras;</li> </ul>

Fonte: O autor (2021).

Em relação ao indicador “Comunicação”, vale comentar que as reflexões iniciais permitiram perceber como são as interações e as compreensões por esses servidores surdos em seus ambientes de trabalho.

O Entrevistado “A” explicitou a pouca comunicação devido à prevalência da língua oral. Ademais, destacou importante fato de que a língua de sinais era compreendida como “língua de gestos”. Essa é uma das questões que precisam de um olhar mais efetivo, no sentido de valorizar a língua de sinais como sistema linguístico, marca maior do povo surdo e passível de estabelecer a comunicação igualmente como as línguas orais.

Ademais, os Entrevistados “A” e “B” mencionaram o Português Escrito como instrumento facilitador de comunicações entre surdos e ouvintes em ambientes da Administração Pública. De fato, é pertinente considerar que o servidor surdo que detenha o domínio do Português Escrito é plenamente capaz de realizar o atendimento de demandas funcionais e estabelecer comunicações com outros indivíduos (sejam ouvintes ou surdos que também tenham esse domínio).

Por sua vez, a Entrevistada “C” trouxe importante relato acerca da comunicação e os elementos visuais como referência durante o período da Pandemia. É sabido que o *input* linguístico do surdo é o aspecto visual. Portanto, a utilização de máscaras, apesar da coerente

recomendação manifestada em âmbito da saúde pública, trouxe também dificuldades para a compreensão por servidores surdos para o atendimento de demandas sociais.

No tocante ao indicador “Acessibilidade”, convém comentar que os entrevistados mencionaram a falta de investimentos para a sua efetiva promoção. A ausência de investimentos para capacitação de servidores e a falta de intérpretes são questões que precisam ser melhor tratadas pelo Poder Público, conforme destacou os Entrevistados “A” e “B”. Já a Entrevistada “C” salientou que houve uma importante providência adotada por seu órgão, que foi a criação de um Núcleo de Acessibilidade para cidadãos surdos no ano de 2020.

Quanto ao indicador “Língua Brasileira de Sinais”, é relevante comentar que todos os entrevistados enaltecem a importância da divulgação da Libras, assim como do fomento à sua aquisição por indivíduos surdos. Isso porque o conhecimento e o domínio linguístico, além de valorizar aspectos da Identidade e da Cultura Surda, também concede a essas pessoas uma maior autonomia e capacidade de interagir com o mundo.

É relevante registrar que o Entrevistado “A” compartilhou que, antes de aprender a Libras, experimentou momentos de tristeza e de depressão. Esses sentimentos são também compartilhados por pessoas que não conseguem se comunicar e não conseguem participar de processos de construção coletiva. Ademais, esses aspectos podem ser percebidos como obstáculos para a entrada no mercado de trabalho, em específico, ao acesso a cargos e a empregos públicos, conforme se discute nesta pesquisa.

A Entrevistada “C” explicitou que a divulgação da Língua de Sinais é um dever do Estado, permitindo a independência social de indivíduos. Registre-se que essa menção encontra direta consonância com os preceitos da Constituição Federal Brasileira, que são o respeito à dignidade da pessoa humana e a promoção de todos, sem preconceitos ou formas demais formas de discriminações.

Por fim, no que diz respeito ao indicador “Decreto nº 5.626/2005”, cabe comentar que os Entrevistados “A” e “C” destacaram a falta de investimentos para o regular cumprimento de normas (capacitações de servidores em Libras e maior atendimento por intérpretes). De fato, é pertinente frisar que o Estado detém o importante desafio de promover maiores capacitações, considerando a atual edição da Polícia de Capacitação de Servidores do Poder Executivo. A partir de então, é também relevante explicitar o dever de disseminar a Língua de

Sinais Brasileira como sistema linguístico legítimo, completo e capaz de estabelecer interações sociais.

Ainda, a Entrevistada “C” fez importante registro ao destacar que em provas de seleção para universidades públicas (vestibulares e ENEM), há a possibilidade de realização em Libras. Entretanto, para os certames públicos, é preciso maiores avanços. Ou seja, depois de encontrar obstáculos para realização de provas e concursos, o servidor também deverá encontrar dificuldades de acessibilidade quando do exercício de suas atribuições funcionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As interações sociais em ambientes da Administração Pública são questões permeadas de complexidade e de diversidade. Os elementos trazidos neste estudo apresentaram indicadores referentes à Comunicação, à Acessibilidade, à Língua de Sinais Brasileira e ao Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005).

Preliminarmente, a pesquisa discutiu aspectos peculiares aos servidores públicos surdos, tais como: Cultura e Identidade Surda; e Acessibilidade de acordo com o entendimento da ENAP.

Por sua vez, a metodologia de pesquisa adotada foi um estudo de caso, de natureza exploratória e qualitativa. A intenção foi a de promover a entrevista com servidores públicos surdos, com experiência profissional e que pudessem contribuir para a discussão acerca da acessibilidade e das interações em ambientes de trabalho.

Assim, os resultados do estudo foram relevantes no sentido de que há um esforço de servidores surdos em, além de cumprir suas responsabilidades funcionais (elaboração de expedientes e rotinas administrativas), também interagir com equipes de trabalho. Para isso, ficou em evidência que é imprescindível o domínio do Português Escrito. Tanto na realização de provas e certames quanto no exercício da função pública.

Por outro lado, também ficou em evidência a necessidade pela busca de maiores progressos no que se refere à disseminação da Libras, seja para a capacitação de servidores (em cumprimento ao art. 26 do Decreto nº 5.626/2005), seja para tornar os ambientes mais acessíveis. Essa é uma questão que, inclusive, pude perceber em minha trajetória profissional.

E desde o meu ingresso na Universidade de Brasília em 2018, esse já era o meu tema de pesquisa.

É importante destacar que o meu perfil profissional e acadêmico está voltado para a experiência com Gestão Pública e a Comunicação.

O período acadêmico iniciado na UnB em janeiro 2018 permitiu a construção do objeto de pesquisa com o enfoque voltado para a acessibilidade de servidores públicos surdos e a interação social em ambientes de trabalho.

No tocante às condições de pesquisa para entrevistas, destaco que não houve dificuldades. Ao contrário, os servidores entrevistados demonstraram imediato interesse,

respeito e vontade de contribuir para a discussão acadêmica. Ademais, os gestores de minha organização também demonstraram interesse no recebimento dos resultados desta pesquisa, com o intuito de discutir melhorias de capacitação profissional e de mudanças de perspectivas.

Quanto aos procedimentos metodológicos, faço o comentário de que os perfis distintos dos entrevistados “A”, “B” e “C” permitiram uma discussão mais ampla sobre realizadas percebidas em momentos distintos. O entrevistado “A”, que já se encontra aposentado, provavelmente experimentou maiores dificuldades de interação, conforme relatos. Por sua vez, os entrevistados “B” e “C” ainda continuam em atividade e também perceberam melhorias de acessibilidade e difusão da Libras.

Por sua vez, considerando os objetivos dispostos nesta pesquisa, pode-se dizer que houve o seu cumprimento do ponto de vista metodológico. A discussão em torno da Comunicação, da Acessibilidade, da Língua de Sinais Brasileira e do Decreto nº 5.626/2005 trouxe à tona a importância da discussão acadêmica com a realidade profissional. Ademais, o referencial teórico (STROBEL, 2009; HALL, 2004; MOURA, 2015) fundamentou ainda mais a relevância do tema.

Entretanto, este trabalho não esgota o assunto. Tratar da acessibilidade e da melhoria de condições de trabalho para os servidores surdos é uma questão que precisa de contínua busca e progresso por parte de todos os envolvidos (servidores, gestores e sociedade).

Portanto, acredito que este trabalho de conclusão de curso pode ser percebido como um fator de estímulo ao debate e à adoção de melhorias de comunicação, de conhecimento e de valorização da Cultura Surda.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Rejane Lourêdo. **Política Linguística: A Terminologia da Libras como veículo de Cultura em Concursos Públicos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13234>. Acesso em: 17 ago. 2021.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Curso Acessibilidade em espaços de uso público no Brasil: sobre as lutas por inclusão das pessoas com deficiência**. Brasília: ENAP, 2019. Apostilas (módulos 1, 2 e 3).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2JEWHiA>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3n5EmM0048>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/30fQWju>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/30ckzSP>. Acesso em: 2 ago. 2021.

ENTREVISTADO A. [Entrevista cedida a] Guilherme Moreira de Carvalho. Brasília, 15 out. 2021.

ENTREVISTADO B. [Entrevista cedida a] Guilherme Moreira de Carvalho. Brasília, 21 out. 2021.

ENTREVISTADO C. [Entrevista cedida a] Guilherme Moreira de Carvalho. Brasília, 23 out. 2021.

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto: curso básico: livro do estudante**. 8. ed. Rio de Janeiro: Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, 2007.

GOETTERT, Nelson. As tecnologias como ferramentas auxiliares na comunicação em língua portuguesa para usuários de língua brasileira de sinais. *In*: CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina Rebello (org.). **Língua Brasileira de Sinais e Tecnologias Digitais**. Porto Alegre: Penso. p. 125-142.



GROFF, Paulo Vargas; PAGEL, Rogério. Multiculturalismo: direitos das minorias na era da Globalização. **Revista Direito e Humanidades**, São Caetano do Sul, v. 16, n. 1, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

KRAUSE, Keli; KLEIN, Alessandra Franzen. Políticas Públicas para Surdos: os pontos legais e críticos na acessibilidade. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA. 5., 2017, Ijuí. **Anais eletrônicos** [...]. Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ/RS), 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3wzVmOh>. Acesso em: 22 set. 2021.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de resumos, fichamentos e resenhas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3n4gMzK>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MOURA, Gerson Araújo de. Competência comunicacional: tecendo diálogos para a construção de ambientes de comunicação humanizados. *In*: Maria Luiza Ortiz Alvarez (org.). **Ecos do profissional de línguas: competências e teorias**. Campinas: Pontes, 2015. p. 77-95.

OLIVEIRA, Adriana Marques de; RECENA, Maria Celina Piazza. A Investigação Temática e a Análise Textual Discursiva: Busca por Temas Geradores. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7., 2009, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3Cah4t8>. Acesso em: 22 set. 2021.

PERLIN, Gladis Teresinha Tachetto. Identidades Surdas e Inclusão. *In*: SEMINÁRIO SURDEZ, CIDADANIA E EDUCAÇÃO: REFLETINDO SOBRE O PROCESSO DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO, 1998, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Instituto Nacional e Educação de Surdos (INES), 1998.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

SILVA, Vilmar. Educação de surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. *In*: QUADROS, Ronice Müller de (org.). **Estudos Surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006. p. 14-37.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

STUMPF, Marianne Rossi. Mudanças Estruturais para uma inclusão ética. *In*: QUADROS, Ronice Müller de (org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008. p. 14-29.

## ANEXOS

### ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante,

Meu nome é Guilherme Moreira de Carvalho. Sou estudante do curso de Língua de Sinais Brasileira-Português como Segunda Língua na Universidade de Brasília (UnB).

Estou realizando uma pesquisa sob a orientação do Professor Ms Saulo Machado Mello de Sousa, cujo objetivo é compor o levantamento de dados para apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso. O tema é: Discutindo a Acessibilidade do Servidor Público Surdo na Administração: um estudo sobre a aplicabilidade do art. 26 do Decreto nº 5.626/2005.

Sua participação envolve uma entrevista com perguntas semi-estruturadas e poderá ser realizada em sua língua de conforto (Libras ou Português Escrito).

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção do conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador fone (61) 992988756.

Atenciosamente,

---

Nome e assinatura do(a) estudante  
Matrícula:

---

Local e data

---

Nome e assinatura do (a) professor (a) orientador  
Matrícula:

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

---

Nome e assinatura do(a) estudante  
Matrícula:

---

Local e data

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante,

Meu nome é Guilherme Moreira de Carvalho. Sou estudante do curso de Língua de Sinais Brasileira-Português como Segunda Língua na Universidade de Brasília (UnB).

Estou realizando uma pesquisa sob a orientação do Professor Ms Saulo Machado Mello de Sousa, cujo objetivo é compor o levantamento de dados para apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso. O tema é: Discutindo a Acessibilidade do Servidor Público Surdo na Administração: um estudo sobre a aplicabilidade do art. 26 do Decreto nº 5.626/2005.

Sua participação envolve uma entrevista com perguntas semi-estruturadas e tem a duração de aproximadamente 30 (trinta) a 50 (cinquenta) minutos e poderá ser realizada em sua língua de conforto (Libras ou Português Escrito).

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção do conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador fone (61) 992988756.

Atenciosamente,

Guilherme Moreira de Carvalho Brasília, 21 de outubro de 2021

Nome e assinatura do(a) estudante

Local e data

Matrícula:

Saulo Machado Mello de Sousa

Nome e assinatura do (a) professor (a) orientador

Matrícula:

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Guilherme Moreira de Carvalho

Nome e assinatura do(a) estudante

Matrícula:

Brasília, 21 de outubro de 2021

Local e data

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante,

Meu nome é Guilherme Moreira de Carvalho. Sou estudante do curso de Língua de Sinais Brasileira-Português como Segunda Língua na Universidade de Brasília (UnB).

Estou realizando uma pesquisa sob a orientação do Professor Ms Saulo Machado Mello de Sousa, cujo objetivo é compor o levantamento de dados para apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso. O tema é: Discutindo a Acessibilidade do Servidor Público Surdo na Administração: um estudo sobre a aplicabilidade do art. 26 do Decreto nº 5.626/2005.

Sua participação envolve uma entrevista com perguntas semi-estruturadas e tem a duração de aproximadamente 30 (trinta) a 50 (cinquenta) minutos e poderá ser realizada em sua língua de conforto (Libras ou Português Escrito).

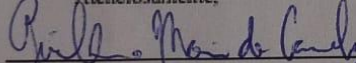
A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

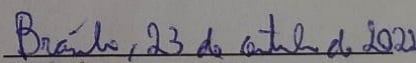
Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção do conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador fone (61) 992988756.

Atenciosamente,

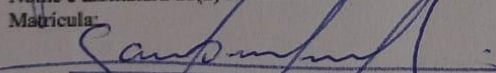


Nome e assinatura do(a) estudante

 Brasília, 23 de outubro de 2021

Local e data

Matrícula:

  
Nome e assinatura do(a) professor (a) orientador

Matrícula:

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

Nome e assinatura do(a) estudante

Local e data

Matrícula: